



ACÓRDÃO Nº1927/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº11829/2019.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual
- 3- **Órgão:** Hospital e Pronto Socorro da Criança – ZONA SUL
- 4- **Exercício:** 2018
- 5- **Responsável:** Sra. Silvia Picanço do Nascimento
- 6- **Advogado:** Não Possui
- 7- **Unidade Técnica:** DICAD
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Despacho nº 1.005/222-MP-ESB, do Dr. Evanildo Santana Bragança, Procurador de Contas.
- 9- **Relator:** Auditor Alípio Reis Firmo Filho.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Hospital e Pronto Socorro da Criança – ZONA SUL. Exercício de 2018.

Irregularidade. Multa. Revelia. Determinação. Ofício. Ciência.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos da proposta de voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, **em consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. **Julgar irregular a Prestação de Contas da Sra. Silvia Picanço do Nascimento**, exercício 2018, nos termos do art. 22, III, “b” da Lei nº 2.423/96-LOTCE/AM, pelas Restrições nº 01; nº 02; nº 05; nº 07; nº 08; nº 11; nº 15; nº 17 e nº18, da Notificação nº 289/2020-DICAD-AM (fls. 313-324);
- 10.2. **Aplicar Multa a Sra. Silvia Picanço do Nascimento**, Ordenadora de Despesas à época do Pronto Socorro da Criança Zona Sul, no valor de R\$ 35.654,39 (trinta e cinco mil, seiscentos e cinquenta e quatro reais e trinta e nove centavos) e fixar prazo de 30 dias para que o responsável recolha o valor da MULTA, com base no art. 308, VI, da Resolução nº 04/2002, na esfera Estadual para o órgão Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código “5508 – Multas aplicadas pelo TCE/AM – Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo – FAECE”. Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo Banco) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea “a”, da Lei



ACÓRDÃO Nº1927/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO

Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo (art. 73 da Lei Orgânica do TCE/AM), ficando o DERED autorizado, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, bem como proceder, conforme estabelecido no Acordo de Cooperação firmado com o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil - Seção Amazonas - IEPTB/AM, ao encaminhamento do título executivo para protesto em nome do responsável;

- 10.3. Aplicar Multa a Sra. Rosangela da Silva Corrêa**, Contadora do Pronto Socorro da Criança Zona Sul à época, no valor de R\$ 30.654,39 (trinta mil, seiscentos e cinquenta e quatro reais e trinta e nove centavos) e fixar prazo de 30 dias para que o responsável recolha o valor da MULTA, com base no art. 308, VI, da Resolução nº 04/2002, na esfera Estadual para o órgão Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código “5508 – Multas aplicadas pelo TCE/AM – Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo – FAECE”. Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo Banco) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo (art. 73 da Lei Orgânica do TCE/AM), ficando o DERED autorizado, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, bem como proceder, conforme estabelecido no Acordo de Cooperação firmado com o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil - Seção Amazonas - IEPTB/AM, ao encaminhamento do título executivo para protesto em nome do responsável;
- 10.4. Considerar revel o Sr. Anoar Abdul Samad**, Secretário de Saúde, para todos os efeitos, nos termos do art. 20, §4º, da Lei nº 2.423/96-LOTCE/AM c/c art. 88, da Resolução nº 04/2002-RITCE/AM;
- 10.5. Considerar revel o Sr. Rogerio da Cruz Goncalves**, Secretário Executivo do Fundo Estadual de Saúde, para todos os efeitos, nos termos do art. 20, §4º, da Lei nº 2.423/96-LOTCE/AM c/c art. 88, da



ACÓRDÃO Nº1927/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO

Resolução nº 04/2002-RITCE/AM;

- 10.6. Determinar** ao Hospital e Pronto Socorro da Criança Zona Sul a implantação do Portal de Transparência da Unidade, em conformidade Lei nº 12. 527/2011 (Lei de Acesso à Informação) e a Lei Complementar nº 131/09 (Lei da Transparência), **no prazo de 60 dias**;
- 10.7. Determinar** que a Controladoria Geral do Estado atenda dispositivos da Lei Delegada nº 71/2007, bem como às Instruções Normativas nº 5 e 6 de 2004, para adimplir seus objetivos institucionais bem como o cumprimento de suas finalidades legais, quais sejam: o acompanhamento da gestão contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial dos órgãos e entidades da Administração Direta e indireta, em prejuízo aos princípios administrativos da eficiência e economia;
- 10.8. Oficiar** a Controladoria Geral do Estado-CGE, acerca da determinação destinada ao órgão e elencada na presente proposta de voto;
- 10.9. Dar ciência a Sra. Silvia Picanço do Nascimento**, Ordenadora de Despesas à época do Pronto Socorro da Criança Zona Sul, acerca da decisão, ficando autorizado a emissão de uma nova notificação aos Interessados caso a primeira seja frustrada. Ato contínuo, se porventura persistir a problemática, para não existir dúvidas quanto à sua validade e eficácia, desde já, AUTORIZA-SE a comunicação via editalícia nos termos do art. 97 da Resolução nº 4/2002 (RI-TCE/AM);
- 10.10 Dar ciência a Sra. Rosangela da Silva Corrêa**, Contadora do Pronto Socorro da Criança Zona Sul à época, acerca da decisão, ficando autorizado a emissão de uma nova notificação aos Interessados caso a primeira seja frustrada. Ato contínuo, se porventura persistir a problemática, para não existir dúvidas quanto à sua validade e eficácia, desde já, AUTORIZA-SE a comunicação via editalícia nos termos do art. 97 da Resolução nº 4/2002 (RI-TCE/AM);



ACÓRDÃO Nº1927/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO

- 11- Ata:** 41ª Sessão Ordinária– Tribunal Pleno.
12- Data da Sessão: 8 de Novembro de 2022.
13- Especificação do quorum: Conselheiros: Érico Xavier Desterro e Silva (Presidente votou), Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, Mario Manoel Coelho de Mello e Josué Cláudio de Souza Neto.
13.1. Auditor presente e Relator: Alípio Reis Firmo Filho.
14- Representante do Ministério Público de Contas: Dra.Fernanda Cantanhede Veiga Mendonça, Procuradora-Geral.

ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA
Conselheiro-Presidente

ALÍPIO REIS FIRMO FILHO
Auditor-Relator

FERNANDA CANTANHEDE VEIGA MENDONÇA
Procuradora-Geral